

**Douglas Phillips Freitas**

# Alienação PARENTAL

*Comentários à Lei 12.318/2010*

**3.<sup>a</sup> edição**

revista, atualizada e ampliada



RIO DE JANEIRO

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2014 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Rafael Molotievski

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

F936a

Freitas, Douglas Phillips

Alienação parental: comentários à Lei 12.318/2010 – Douglas Phillips Freitas – 3.ª ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-4922-8

1. Brasil. [Lei 12.318/2010]. 2. Guarda de menores. 3. Guarda compartilhada. I. Pellizzaro, Graciela. II. Título. III. Título: Comentários à Lei 12.318/2010.

10-4829.

CDU: 347.157(81)



## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>19</b>
<b>1. SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL .....</b>	<b>21</b>
1.1 O que é “Síndrome de Alienação Parental”.....	21
1.1.1 Registros históricos .....	21
1.1.2 Conceito .....	23
1.1.3 Características (sintomas).....	24
1.1.4 “Gatilho” da alienação parental.....	27
1.2 O lado negro da alienação parental: cuidado aos operadores...	28
<b>2. COMENTÁRIOS À LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL ....</b>	<b>31</b>
2.1 Lei 12.318, de 26 de agosto de 2010.....	31
2.1.1 Texto sancionado.....	31
2.1.2 Texto vetado .....	33
2.2 Comentários.....	34
<b>3. PERÍCIA MULTIDISCIPLINAR .....</b>	<b>51</b>
3.1 Regras da perícia multidisciplinar.....	51
3.1.1 Da nomenclatura – perícia multidisciplinar.....	51
3.2 Auxiliares permanentes e eventuais.....	53
3.3 Da perícia judicial.....	54
3.3.1 Do perito e da perícia.....	54

3.4 Do procedimento.....	56
3.4.1 Da nomeação do perito.....	59
3.4.2 Dos honorários .....	59
3.4.3 Dos assistentes técnicos.....	60
3.4.4 Da inquirição pelo juiz, dos quesitos suplementares e da nova perícia.....	61
3.4.5 Da publicidade .....	62
3.5 Anulação dos atos quando não há aplicação das regras da perícia .....	62
3.6 A diferenciação dos instrumentais .....	63
3.7 Perícia multidisciplinar – um compromisso ético e social....	63
3.8 Código de Ética do perito.....	64
3.9 Sigilo profissional e perícia.....	66
 <b>4. INFLUÊNCIA DA PERÍCIA MULTIDISCIPLINAR NAS DECISÕES JUDICIAIS .....</b>	 67
4.1 Da decisão judicial e seu fundamento.....	67
4.2 Da perícia multidisciplinar como fundamento .....	70
4.2.1 Decisões judiciais.....	70
4.2.2 Recursos.....	73
4.2.2.1 Agravo de instrumento.....	73
4.2.2.2 Apelação .....	73
 <b>5. PERÍCIA MULTIDISCIPLINAR NOS CASOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL .....</b>	 75
5.1 Convencimento do magistrado.....	75
5.2 Atuação do perito multidisciplinar: delimitação de campo...	76
5.2.1 Perito social.....	76
5.2.2 Perito psicológico.....	78
5.2.3 Outros peritos .....	79

5.2.4 Quadro de perícias multidisciplinares em relação ao objeto .....	79
<b>6. GUARDA COMPARTILHADA COMO FORMA DE REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DE SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL .....</b>	<b>81</b>
6.1 Poder familiar e seu exercício .....	81
6.1.1 Do pátrio poder.....	81
6.1.2 Do exercício do poder familiar.....	86
6.2 Da guarda e suas modalidades.....	87
6.2.1 Do “mátrio poder” .....	88
6.2.2 Da guarda compartilhada (e sua diferença da alternada)..	90
6.2.2.1 Guarda alternada como espécie da unilateral...	93
6.2.2.2 Guarda alternada como espécie da compartilhada.....	93
6.2.3 Da visita ao convívio .....	94
6.3 Da modificação da guarda quando há alienação parental.....	97
<b>7. RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DA ALIENAÇÃO PARENTAL .....</b>	<b>101</b>
7.1 Abuso afetivo .....	101
7.1.1 A responsabilidade decorrente do poder familiar .....	101
7.1.1.1 Do “abandono afetivo”: dano moral pelo desamor.....	102
7.1.2 Do “ <i>abuso</i> afetivo”: dano moral decorrente de alienação parental .....	106
7.2 Jurisprudência vinculada.....	109
<b>8. TRATAMENTO COMPULSÓRIO DE PAIS .....</b>	<b>113</b>
8.1 Da integral proteção da criança e do adolescente.....	113
8.2 Da prática de medidas alternativas .....	115

8.3 Da nomeação do perito .....	116
8.4 Experiência prática aplicada: relato .....	117
8.5 Modelo da ação de tratamento compulsório dos pais .....	119
<b>9. MENTIRAS INFANTIS .....</b>	<b>133</b>
9.1 Um cuidado... não uma regra.....	133
9.2 Mentiras infantis .....	134
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>145</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>151</b>